

DOCUMENTO DE POLÍTICA/Nº 02

# O Sistema Financeiro "PÓS-BRASIL NOVO": Uma Agenda de Reformas

Carlos Von Doellinger

JANEIRO DE 1991

**ipdea**  
INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA

DOCUMENTO DE POLÍTICA/Nº 02

**O Sistema Financeiro  
"PÓS-BRASIL NOVO":  
Uma Agenda de  
Reformas**

Carlos Von Doellinger

JANEIRO DE 1991



---

# SUMÁRIO

---

I. A "DISFUNÇÃO" DO SISTEMA  
FINANCEIRO NO BRASIL

II. UMA "AGENDA DE REFORMAS"

---



---

## SINOPSE

---

O sistema financeiro nacional tem conseguido bom desempenho setorial, nos últimos anos, como pode ser observado pela elevada e crescente participação no PIB e por taxas de lucratividade também elevadas.

No entanto, sua função econômica, como intermediador de recursos financeiros ao sistema produtivo, tem sido crescentemente insatisfatória. Observa-se que parcelas crescentes dos recursos tem se concentrado no financiamento do déficit público.

Essa tem sido a realidade dos últimos anos, mas pode se alterar de forma significativa, com a eliminação do déficit e a necessidade de realocação de recursos com vistas à recuperação da atividade produtiva e dos investimentos.

Na segunda parte desse trabalho é sugerida uma agenda de reformas no sistema financeiro com vistas à necessária legislação complementar à Constituição. São enfocados tópicos como a regulação da participação de bancos estrangeiros no mercado interno, a regulação do seguro depósito, regras sobre mercados de capital, limitação de juros reais, bancos estaduais e o enfoque do Banco Central como agente fiscalizador do sistema. Atenção especial deveria ser concedida ao incentivo às aplicações de prazos mais longos, que constitui a verdadeira poupança financeira da economia.

---

## **O SISTEMA FINANCEIRO “PÓS-BRASIL NOVO”: UMA AGENDA DE REFORMAS**

**Carlos Von Doellinger\***

*Este trabalho é de inteira e exclusiva responsabilidade de seu autor. As opiniões nele emitidas não exprimem necessariamente o ponto de vista do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento.*

*\* Da Coordenação Regional do IPEA/Rio de Janeiro*

## I. A "Distfunção" do Sistema Financeiro no Brasil

O sistema financeiro no Brasil parece ter sobrevivido à década de 80 com relativo sucesso, ao menos no que concerne à sua participação no PIB. Apesar da virtual falência do sistema financeiro da habitação, que atingiu duramente as companhias de crédito imobiliário, de alguns casos isolados de liquidações determinadas pelo Banco Central, e de problemas crônicos com alguns bancos

estaduais, em seu conjunto, as instituições financeiras lograram aumentar sua participação no PIB. Em 1979, detinham 8,3%. Em 1989, 12,9%, proporção bem superior à média das economias industrializadas (6 a 8%).<sup>1</sup>

É verdade que essa participação sofreu algumas oscilações, principalmente nos últimos cinco anos. Em 1986, por exemplo, foi apenas 7,3%, proporção mais próxima da média dos anos 70. Nos últimos três anos, contudo, a participação média foi superior a 13%.

QUADRO 1

### SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL: \* CRÉDITO AOS SETORES

#### PUBLICOS E PRIVADO

#### SALDOS EM 31/12 E PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL NO TOTAL

(Cr\$ Milhões Correntes)

DISCRIMINAÇÃO	1984	%	1985	%	1986	%	1987	%	1988	%	1989	%
1. SETOR PÚBLICO	133,5	44,7	532,9	48,1	806,0	39,0	4 689,0	48,5	58 602,0	53,1	1 043 785,0	62,0
1.1. Empréstimos	71,0		240,9		385,4		1 997,0		23 241,0		217 265,0	
1.2. Crédito por Títulos	62,5		292,0		420,6		2 692,0		35 361,0		826 250,0	
1.2.1. Governo Federal	54,0		258,5		359,2		2 293,0		31 527,0		706 623,0	
1.2.2. Governos Estaduais e Municipal *	8,5		33,5		61,4		399,0		3 834,0		119 627,0	
2. SETOR PRIVADO	164,9	55,3	574,8	51,9	1 258,3	61,0	4 985,0	51,5	51 677,0	46,9	640 982,0	38,0
3. TOTAL CRÉDITO	<u>298,4</u>	<u>100,0</u>	<u>1 107,7</u>	<u>100,0</u>	<u>2 064,3</u>	<u>100,0</u>	<u>9 674,0</u>	<u>100,0</u>	<u>110 279,0</u>	<u>100,0</u>	<u>1 684 467,0</u>	<u>100,0</u>

Fonte: Banco Central: Relatórios Anuais, 1984/89. Elaboração do autor.

\* Inclui bancos comerciais, bancos de investimentos, bancos múltiplos, BNDES, Banco do Brasil, Caixa Econômica, BNCC, sociedades de crédito imobiliário, financeiras, bancos de desenvolvimento e carteiras de desenvolvimento.

1 IBGE. Contas Nacionais do Brasil, 1970-1985 e 1986-89.



Na realidade, o setor sempre tem demonstrado grande resistência às crises. Parece imune à recessão e sempre surpreende pela capacidade de adaptação aos sucessivos planos econômicos dos últimos anos.

De um modo geral, os balanços dos bancos e demais instituições financeiras têm apresentado demonstrações de lucros superiores às estimativas mais otimistas.<sup>2</sup>

Apesar desse desempenho aparentemente "satisfatório", do ponto de vista setorial, é de se constatar que o setor reduziu sua atuação como intermediador de recursos no sistema produtivo. O sistema financeiro brasileiro, a partir de meados dos anos 80, aumentou sistematicamente a concessão de crédito ao setor público, em detrimento do crédito ao setor privado da economia. O Banco Central operou como agente do Tesouro, e os bancos comerciais e privados, cada vez mais, passaram a desempenhar a função de captadores e repassadores de recursos ao financiamento do déficit público, tanto do governo federal como dos governos estaduais e municipais e órgãos da administração indireta. Após a crise do financiamento externo iniciada em 1982, processou-se algo como uma "substituição" do financiamento externo pelo crédito interno, com o sistema financeiro operando como intermediador.

É bem clara essa tendência ao aumento da participação do crédito do setor público no total dos ativos de operações de crédito consolidadas do sistema financeiro, nos últimos anos, como se pode observar no Quadro I. O saldo de empréstimos e de títulos abrangeu 62% das aplicações das instituições financeiras em 1989, contra 39%, em 1986.

Considerando que no período houve redução real dos empréstimos bancários, verifica-se que o saldo destinado ao setor privado não apenas perdeu participação relativa, como sofreu forte contração real. A preços de 1984, e utilizando o

IGP-DI como deflator (Quadro II), o saldo registrado em dezembro de 1989 correspondia à cerca de 64% do verificado em dezembro de 1984. Ou seja, sofria redução real de 36%. Em relação a 1986 essa redução é ainda mais drástica: cerca de 54%, e mostra-se consistente com a participação relativa mostrada no quadro anterior.

**Quadro II**  
**SALDO DO CRÉDITO DO SISTEMA FINANCEIRO**  
**AO SETOR PRIVADO A PREÇOS DE DEZEMBRO**  
**DE 1984\***

Anos	(Cr\$ milhões)	
	Saldo em 31 de dezembro	
1984	164,9	
1985	172,2	
1986	228,5	
1987	175,5	
1988	159,9	
1989	105,3	

Deflator: IGP-DI, FGV. Índices de dezembro de cada ano.

Esse fenômeno indica claramente um processo de "desintermediação financeira" no setor privado. Ou seja, a produção fez-se cada vez com menos crédito bancário.

Há diversas causas que explicam essa tendência. Juros reais elevados, nos últimos três anos, reduziram a demanda por crédito. Segundo informa o Banco Central<sup>3</sup> a taxa real anual de captação de Certificados de Depósitos Bancários, que constitui o principal "funding" para empréstimos ao setor privado, evoluiu de 14,4% ao ano, em 1987, para quase 48% em 1989. Por outro lado, a persistente elevação da inflação, após cada "choque heterodóxo", combinada ao retorno de indexação plena, após algum período de "desindexação", aumentou de tal forma os riscos de operações de crédito que delas foram se afastando empresas e instituições financeiras.

A redução da demanda foi acompanhada da redução de prazos. Esses prazos, nos períodos mais críticos de ascensão da inflação e das taxas de juros reais, reduziam-se a poucos dias (hot money).

2 Mesmo diante da iminência da maior recessão já experimentada pela economia brasileira, os resultados dos maiores bancos privados no primeiro semestre de 1990 foram excelentes (ver matéria publicada em *O Globo*, de 26.11.90, p. 19). Aquela tendência parece confirmar-se agora, na avaliação da própria Associação Brasileira de Bancos Comerciais e Múltiplos, que estima lucratividade média do sistema, durante 1990, em 13%. (*Gazeta Mercantil*, 20.12.90, p. 1)

3 Banco Central: *Brasil Programa Econômico*, diversos números, 1988 a 1990.

A demanda também foi afetada pela redução dos investimentos do setor privado. Os créditos de longo prazo restringiram-se exclusivamente aos empréstimos remanescentes do BNDES, quase desaparecendo os poucos empréstimos de longo prazo que existiam anteriormente (repasses oficiais, empréstimos do exterior e linhas de créditos de 6 meses a 1 ano).

A causa original de tudo isso, no entanto, sabidamente deveu-se à persistência da demanda crescente de recursos por parte do setor público, necessários ao financiamento do seu déficit consolidado. Na realidade, a elevação das taxas de juros foi o instrumento através do qual o governo logrou desviar os fluxos de recursos do setor privado para o setor público. Esse processo vem se mantendo desde 1983, quando foi eliminada uma importante fonte de financiamento do setor público: os recursos externos. Desde então a economia brasileira vem convivendo com o dilema do financiamento interno escasso e caro, disputado sempre com vantagem para o setor público em detrimento do setor privado.

Esse fenômeno tem sido analisado e debatido de forma ampla, e hoje todos reconhecem como uma das causas dos desequilíbrios macroeconômicos básicos, que resultam em inflação persistente e perda de capacidade de crescimento da economia. Os resultados dos últimos anos do déficit consolidado do setor público mostram que a absorção de recursos permaneceu sempre elevada, apesar do empenho do governo em reduzir seu desequilíbrio (Quadro III).

A contrapartida desse fenômeno, no que tange ao sistema financeiro em si, tem sido sua crescente "desfuncionalidade" como instituição intermediadora de recursos à atividade produtiva. Apesar do crescimento expressivo, medido pela proporção de sua renda no PIB, o setor diminuiu sua função econômica.

Isso, no entanto, parece ter ajudado à sobrevivência do sistema. Concentrando suas atividades no suprimento de crédito ao setor público, os bancos evitaram os riscos associados às dificuldades econômicas vividas pelo setor privado e às flutuações da conjuntura interna e externa. Por outro lado, as operações de crédito foram se concentrando em prazos

cada vez mais curtos e em títulos que passaram a reduzir, ou mesmo a eliminar, os riscos decorrentes do "descasamento" entre posições ativas e passivas. Com esse procedimento, as flutuações cíclicas, e sobretudo o acirramento do processo inflacionário, com grandes oscilações nas taxas de juros reais, pouco afetaram a saúde do sistema e minimizaram os impactos negativos sobre a política monetária e a atuação do Banco Central. Na verdade, pode-se mesmo argumentar que o ambiente inflacionário e instável da economia contribuiu para melhor desempenho do sistema bancário, permitindo aumento dos spreads sancionados pela estrutura oligopolista do setor. Nesse sentido, a elevada participação do setor no PIB teria como explicação, precisamente, o ambiente inflacionário e as próprias políticas governamentais.

Quadro III  
NECESSIDADE DE FINANCIAMENTO DO SETOR PÚBLICO  
(Em % do PIB)

Anos	Conceito Nominal	Conceito Operacional
1985	28,00	4,32
1986	11,00	3,60
1987	31,40	5,52
1988	48,50	4,31
1989	73,00	12,38

Fonte: Banco Central - Relatórios Anuais, 1986-89.

Em futuro próximo, porém, admite-se a ocorrência de novos cenários. O Governo Federal pretende eliminar o déficit, e conseqüentemente deixar de ser captador líquido de recursos; o Banco Central, de acordo com a norma constitucional, não mais financia gastos do governo, e, supõe-se, deverá se concentrar nas funções clássicas de qualquer banco central: órgão emissor e controlador da moeda, gestor das reservas internacionais, regulador, gestor de reservas bancárias e prestador em última instância ao sistema.

Do setor privado da economia, por outro lado, é esperada recuperação após a fase de estabilização. Se assim for, irá voltar a demandar crédito, sobretudo para os novos e esperados investimentos. A questão então é: numa perspectiva de médio e longo prazos, irá o sistema financeiro cumprir adequadamente seu papel de intermediador de recursos ao setor privado? Será essa transformação automática ou irá requerer regulação adequada? Irá

demandar atuação específica da Autoridade Monetária? De que forma uma Lei Complementar à Constituição, de caráter "sistêmico", poderia ajudar a "modelar" o sistema financeiro a essa nova situação? Essas questões constituem temas de reflexão. Sobre elas propõe-se, na parte que se segue desse trabalho, algo como uma "agenda de reformas", abordando tópicos que parecem merecer atenção ao se propor novas formas de regulação do sistema financeiro.

## II. Uma "Agenda de Reformas"

A observação da experiência recente, sobretudo as dificuldades operacionais do sistema bancário frente aos riscos de crédito e de normas que regem depósitos e captação de recursos, indicam que a consolidação da prática bancária de liberdade de atuação, dentro das regras de segurança, probidade e competência que vigem atualmente para a constituição dos bancos múltiplos<sup>4</sup>, é um princípio básico a ser mantido em qualquer regulação do sistema financeiro. Eliminou-se a carta-patente e as demais restrições à aprovação da constituição de novas sociedades. Passaram a valer os sistemas de pontuação instituídos pelo Banco Central com relação ao montante de capital e demais requisitos operacionais, assim como a aprovação da diretoria<sup>5</sup>.

É preciso, porém, definir normas mais claras e regulares com relação à participação de empresas ou sócios estrangeiros no sistema.

As associações minoritárias são livres, mas as participações majoritárias são rigidamente controladas, de forma a cumprir a "regra não escrita" de não ultrapassar 1/3 do somatório do patrimônio das instituições operando no país. A legislação atual dá ao Banco Central plenos poderes para o controle da participação estrangeira no sistema financeiro.

Esse controle, excessivamente rígido, pode eventualmente dificultar a integração com o sistema financeiro internacional. Os bancos brasileiros que operam no exterior estão enfraquecidos e descapitalizados... pelas dificuldades de pagamento da dívida externa brasileira, muito dependentes das linhas de crédito interbancárias, e por isso encontram dificuldades em cumprir a missão a que se propuseram: operar como elo de ligação do mercado financeiro interno com o internacional. Além disso, há fontes de indicações de que os bancos estrangeiros desempenham algumas funções, notadamente crédito de longo prazo de forma mais eficiente que os bancos nacionais privados<sup>6</sup>. Esses bancos atuam com desenvoltura na captação de CDB's e em empréstimos desses recursos ao setor privado.

É importante rever o dispositivo constitucional que limita as taxas de juros reais em 12% ao ano. Essa limitação vem sendo abertamente descumprida por absoluta impossibilidade de conciliá-la com a realidade da economia. Os dados mostram que foi justamente após a edição da nova Constituição que os juros reais médios ultrapassaram sistematicamente o limite de 12% ao ano, por força da própria política monetária e creditícia praticada pelo governo, através do Banco Central. Embora inoperante, esse limite fica sempre como uma ameaça, que deve ser removida para maior liberdade e eficiência dos mercados financeiros. Uma sugestão seria a suspensão da regulamentação da medida até a época da revisão da Constituição, prevista para 1993, quando então ter-se-iam mais elementos e experiências que convencessem os legisladores da ineficácia e total impropriedade de uma norma desse teor.

A Constituição prevê, porém, de forma saudável, a instituição do seguro de depósitos<sup>7</sup>, de forma ampla e abrangente; e sua regulamentação parece urgente. A instituição do seguro elimina grande parte dos riscos para

4 A resolução número 1524, de 21.09.88, do CMN, facultou às instituições financeiras se organizarem sob a forma de "Banco Múltiplo", como parte da reestruturação do sistema financeiro nacional e visando a desconcentração do sistema bancário. Ao final de 1989, já existiam mais de 100 bancos múltiplos.

5 Circular n° 1415, de 13.01.89, determinando normas complementares à Resolução n° 1524.

6 Ver: Pedro Bodin de Moraes: "Foreign banks in the Brazilian economy in the 1980". Pontifícia Universidade Católica, Rio, agosto de 1990 (Texto para discussão, 241).

7 Inciso VI, do Artigo 192, Cap. IV.

o aplicador e atacaria um dos principais pontos vulneráveis do sistema financeiro: a segurança contra os riscos de liquidação ou intervenção, praticadas pelo Banco Central em instituições com situação de insolvência e/ou iliquidez. Um seguro desse tipo deveria abranger depósitos à vista, até certo limite (fixado em termos reais) e depósitos a prazo, hoje de alto risco em caso de liquidez ou insolvência. As cadernetas de poupança contam com sistema próprio de garantia. Deveria ser extensivo aos fundos com lastros em aplicação financeira nessas modalidades. O seguro teria por base um fundo constituído de contribuições dos depositantes e dos agentes financeiros, e deveria assegurar o recebimento integral ou parcial da aplicação ou do depósito.

Admitindo maior liberdade de atuação das instituições e de funcionamento do mercado financeiro, toma-se necessário definir em lei o papel do Banco Central como agente fiscalizador, seu poder de atuar previamente contra situações de insolvência ou iliquidez e seu poder de política contra práticas lesivas, seja contra aplicadores, tomadores de crédito ou concorrentes. Essas normas deveriam nortear o estatuto do Banco Central em relação à atuação de sua diretoria de fiscalização.

Em relação aos instrumentos de intermediação de recursos, parece conveniente que a legislação contenha dispositivos que incentivem o aumento da poupança financeira, especialmente quanto a prazos mais longos. Essa parcela de aplicação deveria ser resguardada do ônus fiscal e de mudanças que costumam ocorrer por imposição conjuntural ou ao sabor das necessidades da política econômica.

Em relação ao mercado, parece importante que a regulação favoreça, ou ofereça, critérios básicos, objetivos, ao estabelecimento de um sistema de rating de instituições, através de avaliação de sua performance financeira e solidez, feita por empresas especializadas que seriam credenciadas pelo Banco Central. Esse rating seria divulgado e teria por objetivo a avaliação de risco por parte dos aplicadores,

constituindo-se também em critério à fixação da taxa de contribuição da instituição ao fundo de seguro de depósito. Esse sistema de rating poderia ser previsto em Lei Complementar.

A participação do sistema bancário nos mercados de capitais constitui um capítulo da história recente do sistema financeiro. Entende-se por mercados de capitais, na parcela do sistema financeiro, as operações de intermediação voltadas ao financiamento dos investimentos. Temos, nesse aspecto, as modalidades de captação, intermediadas pelas instituições, feitas através de ações e debêntures, ou as novas modalidades a serem instituídas<sup>8</sup>. As colocações primárias de ações, nas chamadas operações de **underwriting**, passaram por fases de alta e baixa, fundamentalmente em decorrência da inflação e das perspectivas da economia. Algo parecido ocorreu com as debêntures. Aqui também, e com muito maior importância, se coloca o pré-requisito da estabilidade de preços. Para debêntures, vale igualmente a necessidade de regras estáveis de correção monetária, por índices a serem escolhidos livremente entre as partes. Isso poderia constituir também preceito regulatório legal.

No caso de ações, é preciso igualmente ingerência criteriosa de autoridade, no caso a CVM, no sentido de proteger o investidor com informações adequadas, que garantam a transparência nas operações de lançamento, e que obriguem as empresas a preservar as regras de disclosure inerentes à Lei das S.A. As conquistas obtidas na legislação do mercado de capitais precisam ser preservadas. Esses tópicos não esgotam o tema. Constituem, porém, aspectos de relevância e comuns a todos os tipos de instituições.

Há temas polêmicos e que poderiam também ser abordados. Muito se discute a atuação dos bancos comerciais estaduais, bancos de desenvolvimento e caixas econômicas. Em relação aos bancos estaduais, as críticas mais severas dizem respeito à sua transformação em verdadeiros bancos "emissores" aos respectivos governos estaduais. Embora pareça um

8 Por exemplo, os *commercial papers*, regulamentados pelo CVM em out. de 1990.

---

problema mais político que econômico; do ponto de vista legal essas instituições são simples bancos comerciais, como quaisquer outros, há os que defendem regras específicas.

Nessa situação se enquadra, por exemplo, a restrição a ser imposta aos empréstimos dos bancos estaduais aos seus respectivos governos, acionistas majoritários das instituições. Na verdade, o objetivo declarado desses bancos é atender às necessidades de recursos financeiros do sistema produtivo, em cada Estado, que supostamente não são convenientemente atendidas pela banca privada. É o caso de empréstimos a pequenas e médias empresas, agricultura, programas de fomento dos governos estaduais, etc.

Assim, a normatização que restrinja o comprometimento das carteiras dos bancos estaduais com os governos locais na verdade vem ao encontro dos próprios objetivos arguidos como justificativa para a existência dessas instituições. Não haveria como se opor a isso<sup>9</sup>.

Enfim, o que se aborda nessas reflexões é de fato a necessidade de antevisão de uma nova configuração do sistema financeiro, voltado aos objetivos de intermediação de recursos, estabilidade monetária e equilíbrio do setor externo.

Paradigmas desse tipo deveriam nortear a ação do governo como regulador do sistema, notadamente na adaptação da legislação ordinária e complementar à Constituição. O aprofundamento dos tópicos lançados poderia resultar em atuação conjunta do Executivo e Legislativo envolvidos com o setor.

Conjugada a essa ação, e como ponto de referência básico, há que se estabelecer de forma clara na legislação complementar o papel a ser desempenhado pelo Banco Central. Aqui interessa sobretudo sua função de regulador e fiscalizador do sistema financeiro. Mas não se

pode deixar de considerar suas demais atribuições, fundamentais aos objetivos básicos de estabilidade monetária e equilíbrio do setor externo. Notadamente o seu relacionamento com o Tesouro, e como banqueiro do governo.

---

9 *A propósito desse aspecto, é de se assinalar que o projeto de lei complementar sugerido ao Congresso Nacional, em 30.06.89, pela ASBACE (Associação Nacional de Bancos Estaduais) prevê, em seu Art. 51 (parágrafo 3º), a vedação total do financiamento dos Tesouros Estaduais por parte dos bancos estaduais*

- No. 190 - "Technical Efficiency in Brazilian Manufacturing Establishments: Results for 1970 and 1980", Armando Castelar Pinheiro, julho 1990, 17 p.
- No. 191 - "Why the Market Reserve is Not Enough: the Diffusion of Industrial Automatic Technology in Brazilian Process Industries and its Policy Implications", Ruy de Quadros Carvalho, julho 1990. (em processo de edição)
- No. 192 - "Salário Mínimo e Taxa de Salários: O Caso Brasileiro", Ricardo Cicchelli Velloso, agosto 1990, 36 p.
- No. 193 - "O Desempenho do Governo Brasileiro e do Banco Mundial com Relação à Questão Ambiental do Projeto Ferro Carajás", Sergio Margulis, agosto 1990, 83 p.
- No. 194 - "O Desempenho do Governo Brasileiro e Banco Mundial com Relação à Questão Ambiental em Projetos Co-Financiados pelo Banco", Sergio Margulis, agosto 1990, 35 p.
- No. 195 - "The Road Transportation Industry in Brazil: Market Structure, Performance and Government Regulation", Newton de Castro, setembro 1990, 53 p.
- No. 196 - "Do Cruzado ao Collor: Os Planos de Estabilização e a Agricultura", Gervázio Castro de Rezende, setembro 1990, 25 p.
- No. 197 - "A Agricultura de Grãos no Centro-Oeste: Evolução Recente, Vantagens Comparativas Regionais e o Papel da Política de Preços Mínimos", Gervázio Castro de Rezende, outubro de 1990, 36 p.
- No. 198 - "A Integração das Américas: Por Que? Para Quem? Quando? Como?", Roberto Cavalcanti de Albuquerque, outubro 1990, 48 p.
- No. 199 - "A Evolução da Distribuição de Renda entre 1983 e 1988", Regis Bonelli e Guilherme Luis Sedlacek, outubro 1990, 15 p.
- No. 200 - "Determinadores da Participação de Menores na Força de Trabalho", Ricardo Paes de Barros e Rosane Silva Pinto de Mendonça, novembro 1990.
- No. 201 - "Índices de Exportações para o Brasil: 1974/88", Armando Castelar Pinheiro e Ronaldo Serôa da Motta, novembro 1990.
- No. 202 - "Infância e Adolescência no Brasil; As Consequências da Pobreza Diferenciadas por Gênero, Faixa Etária e Região de Residência", Ricardo Paes de Barros e Rosane Silva Pinto de Mendonça, novembro 1990.
- No. 203 - "Wages in Urban Brazil: Evidence of Regional Segmentation of National Markets", William D. Savedoff, dezembro 1990, 23p.
- No. 204 - "Crescimento da Agricultura Brasileira e Política Agrícola nos Anos 80", José Garcia Gasques e Carlos M. Villa Verde, novembro 1990, 15 p. (anexo)
- No. 205 - "Quem se beneficia dos Programas Governamentais de Suplementação Alimentar", Ana Maria Peliano, novembro 1990, 10 p. (anexo).
- No. 206 - "Determinação da Taxa de Câmbio: Testes Empíricos para o Brasil", José W. Rossi, dezembro 1990.
- No. 207 - "A Colonização Oficial na Amazônia nos Anos 80", Anna Luiza Ozório de Almeida e Charley Francisconi Veloso dos Santos, dezembro 1990. (em processo de edição)
- No. 208 - "A Colonização Particular na Amazônia nos Anos 80", Anna Luiza Ozório de Almeida e Charley Francisconi Veloso dos Santos, dezembro 1990. (em processo de edição)

Nota: a partir do nº 200 esta série absorveu a publicação Texto para Discussão Interna editado pelo IPLAN.

## **RELATÓRIO INTERNO - RI**

- No. 013 - "Fatores Sazonais da Receita Tributária", Fábio Giambiagi, março 1990, 19 p.
- No. 014 - "O Déficit Fiscal: Caixa ou Competência", Maria da Conceição Silva, julho 1990, 12 p.

Nota: Esta série, Relatório Interno (Rio de Janeiro), mudou a numeração a partir da reestruturação editorial começando do número 01, em cada Coordenação, a saber:

### **Coordenação de Política Agrícola - CPA**

- No. 01/90 - "Nota sobre Gastos Públicos na Agricultura", Carlos M. Villa Verde e José Garcia Gasques, setembro 1990, 4p.

**PUBLICAÇÕES DO IPEA (TEXTOS)**  
**1989/1990**

**TEXTO PARA DISCUSSÃO INTERNA - TDI**

- No. 166 - "Incidência de Pobreza nas Regiões Metropolitanas na Primeira Metade da Década de 80", Sonia Rocha, agosto 1989, 29 p.
- No. 167 - "Cálculo do Valor de Pico dos Salários num Contexto de Alongamento do Período de Reajustes", Fábio Giambiagi, agosto 1989, 16 p.
- No. 168 - "Comportamento dos Agregados e Multiplicadores Monetários no Brasil", José W. Rossi, agosto 1989, 20 p.
- No. 169 - "Financiamento do Déficit Público e Inflação: Um Modelo para o Caso Brasileiro", Fábio Giambiagi e Pedro L. Valls Pereira, agosto 1989, 35 p.
- No. 170 - "Inflação e Ativos Financeiros no Brasil: Uma Aplicação da Técnica de Auto-Regressões Vetoriais", Elcyon Caiado Rocha Lima, agosto 1989, 38 p.
- No. 171 - "Efeitos da Nova Constituição e das Propostas de Nova Legislação na Seguridade Social", Francisco Oliveira e Kaizo Beltrão, agosto 1989, 54 p.
- No. 172 - "Size and Functional Income Distribution in Brazil: Some Puzzles", Benedict J. Clements, agosto 1989, 15 p.
- No. 173 - "Segmentação e Mobilidade no Mercado de Trabalho Brasileiro: Uma Análise de Área Metropolitana de São Paulo", Guilherme Luis Sedlacek, Ricardo Paes de Barros e Simone Varandas, agosto 1989, 20 p.
- No. 174 - "Crescimento Econômico: Financiamento e Redistribuição", Ajax B. Moreira, outubro 1989, 64 p.
- No. 175 - "Temporal Stability of Regional Wage Differentials in Brazil", William D. Savedoff, outubro 1989, 17 p.
- No. 176 - "Regional Wage Differences and Segmentation in Brazil's Urban Labor Markets", William D. Savedoff, outubro 1989, 35 p.
- No. 177 - "A Política Monetária de um Plano de Estabilização: Uma Agenda para Reflexão", Fábio Giambiagi, novembro 1989, 18 p.
- No. 178 - "Um Estudo da Evolução das Diferenças Regionais da Desigualdade no Brasil", José Guilherme Almeida Reis e Ricardo Paes de Barros, dezembro 1989, 67 p.
- No. 179 - "Renegociação da Dívida Externa: Uma Avaliação do Impacto Sobre a Capacidade de Crescimento da Economia Brasileira", Fábio Giambiagi e Vagner Ardeo, dezembro 1989, 41 p.
- No. 180 - "Mobilidade Urbana e Rural entre Classes de Renda no Brasil", Manoel Augusto Costa, dezembro 1989, 43 p.
- No. 181 - "Economia Informal: Algumas Considerações sobre Conceituação e Mensuração", Sônia Rocha, dezembro 1989, 24 p.
- No. 182 - "Total Factor Productivity Growth and Export-Led Strategies: Reviewing the Cross-Country Evidence", Armando Castelar Pinheiro, dezembro 1989, 47 p.
- No. 183 - "Investigating the Causes of the Recent Brazilian Trade Surpluses", João Victor Issler e Ricardo Costa Gazel, dezembro 1989, 22 p.
- No. 184 - "Controvérsias de Economia Agrícola: Uma Revisão Crítica", Gervásio C. Rezende, dezembro 1989, 55 p.
- No. 185 - "Trade Policies in Brazil", Helson C. Braga e William G. Tyler, março 1990, 25 p.
- No. 186 - "Restrição Externa, Restrição Orçamentária e Restrição de Capacidade: O Caso Brasileiro", Fábio Giambiagi, março de 1990, 40 p.
- No. 187 - "Brazil 1950-1980: Three Decades of Growth-Oriented Economic Policies", Pedro Malan e Regis Bonelli, março 1990, 71 p.
- No. 188 - "Oferta Monetária, Nível de Atividade Econômica e Inflação", José W. Rossi, março 1990, 14 p.
- No. 189 - "Measuring and Explaining Total Factor Productivity Growth: Brazilian Manufacturing in the Seventies", Armando Castelar Pinheiro, março 1990, 71 p.

No. 040 - "A Contribuição da Dívida Pública ao Financiamento do Setor Público", Alexandre Rodrigues D'Almeida, junho 1990, 91 p.

### SÉRIE ESEP

No. 003 - "A Identificação dos Gastos Tributários no Brasil", Luiz Arruda Villela, outubro 1989, 121 p.

No. 004 - "Metodologia de Projeção dos Gastos Previdenciários e Assistenciais", Francisco E. B. de Oliveira, Hilda Maria Cabral, Kaizo Beltrão e Sheyla Jarmouch Brito, março 1990, 174 p.

### NOTA PARA DISCUSSÃO - ND

No. 007 - "BEFIEIX: Efeitos Internos de um Incentivo à Exportação", Renato Baumann, agosto 1989, 38 p.

No. 008 - "Privatização, Conversão da Dívida Externa e Repatriação de Capitais Brasileiros: Uma Proposta", Luiz Zottmann, outubro 1989, 8 p.

No. 009 - "Aspectos Complementares da Circulação Urbana", Charles Leslie Wright, fevereiro 1990, 26 p.

No. 010 - "País Rodoviário e Outros Mitos", Charles Leslie Wright, março 1990, 24 p.

### TEXTO PARA DISCUSSÃO - TD

No. 015 - "Fases e Faces da Modernização Agrícola Brasileira", George Martine, julho 1989, 67 p.

No. 016 - "A Teoria Dual de Mercados de Trabalho e a Determinação de Salários na Indústria de Pernambuco", Ismael Carlos Oliveira, agosto 1989, 92 p.

No. 017 - "Migrações Internas no Brasil - Tendências e Perspectivas", George Martine, agosto 1989, 26 p.

No. 018 - "A Política de Preço Uniformizado do Óleo Diesel e suas Implicações no Avanço da Fronteira Produtiva Agrícola", Enid Rocha Andrade da Silva, agosto 1989, 26 p.

No. 019 - "Planejamento da Educação no Brasil: Revisão e Propostas", José Amaral Sobrinho, agosto 1989, 32 p.

No. 020 - "Transporte Urbano: As Responsabilidades do Governo Federal e a Autonomia Municipal", Ieda Maria de Q. Lima, agosto 1989, 30 p.

No. 021 - "A Urbanização no Brasil: Retrospectiva, Componentes e Perspectivas", George Martini, Ana Amélia Camarano, Kaizo Beltrão e Ricardo F. Neupert, outubro 1989, 72 p.

No. 022 - "Incentivos Financeiros e Fiscais na Pecuarização da Amazônia", Cláudio Yokomizo, outubro 1989, 30 p.

No. 023 - "Projeções Populacionais: Usos, Abusos e Não-Usos", George Martine e Ricardo Lima, novembro 1989, 26 p.

No. 024 - "Equidade nos Serviços de Saúde", Solon Magalhães Vianna, dezembro 1989, 38 p.

No. 025 - "Os Bens de Capital e a Integração entre Brasil e Argentina", Renato Baumann, dezembro 1989, 34 p.

No. 026 - "Salário Real e Oferta de Alimentos Básicos: Análise do Caso Brasileiro", Carlos Antônio Luque e José Paulo Zeetano Chahad, janeiro 1990, 94 p.

No. 027 - "O Estado e o Transporte Rodoviário de Carga", Ieda Maria de O. Lima, janeiro 1990, 142 p.

No. 028 - "O Brasil e o Banco Mundial: Um Diagnóstico das Relações Econômicas - 1949/1989", Coordenadoria de Programas Setoriais de SEAIN/SEPLAN-PR, fevereiro 1990, 190 p.

No. 029 - "Heterodoxy and Inflation in Brazil", Luiz Zottmann, março 1990, 45 p.

Nota: Esta série foi incorporado à atual série TD, a partir do nº 200 do Texto para Discussão Interna.



No. 02/90 "Relatório de Pesquisa Mercados Agrícolas. Instabilidade e Condições para uma Regulação Econômica, Guilherme Costa Delgado, dezembro 1990.

#### **Coordenação de Política Macroeconômica - CPM**

No. 01/90 - "Execução Financeira do Tesouro Nacional", Paulo Furtado de Castro e José Romeu de Vasconcelos, setembro 1990, 3p.

No. 02/90 - "Aspectos Básicos dos Efeitos do Programa de Estabilização Econômica na Contabilidade das Instituições Financeiras e Banco Central", Paulo Zolhof, setembro 1990, 2p.

No. 03/90 - "Dívida Externa: A Proposta Brasileira - 1990", Eduardo Felipe Ohana, novembro 1990, 1p.

No. 04/90 - "A Questão Inflacionária", Eduardo Felipe Ohana e José Hamilton de O. Bizzaria, novembro 1990, 1 p.

No. 05/90 - "A Execução da Política Monetária em 1990", José Romeu de Vasconcelos, novembro 1990, 1 p.

#### **Coordenação de Difusão Técnica e Informações - CDTI**

No. 01/90 - "As Exportações Brasileiras no Último Trimestre de 1990", Moysés Tenenblat (CDTI) e Mary de Melo Souza (CPM), novembro 1990, 1 p.

No. 02/90 - "Forecasting with Trading Variation, a Seasonal Common Factor, and Variance Change", Carlos Henrique Motta Coelho e Moysés Tenenblat, janeiro 1991.

### **DOCUMENTO DE POLÍTICA - DP**

No. 001 - "Política Industrial e de Comércio Exterior: Apoio à Capacitação Tecnológica da Indústria", agosto 1990 (Diretoria Técnica).

No. 002 - "O Sistema Financeiro "Pós-Brasil Novo": Uma Agenda de Reformas", Carlos Von Doellinger, janeiro 1991. (em processo de edição)

### **ESTUDOS DE POLÍTICA INDUSTRIAL E COMÉRCIO EXTERIOR - ÉPICO**

No. 015 - "As Operações de Serviços no Brasil: Construção e Engenharia: Coleta de Informações e Análise", Reinaldo Gonçalves, março de 1990, 136 p.

No. 016 - "As Operações de Serviços no Brasil: Vídeo-Coleta de Informações e Análise", Reinaldo Gonçalves e Nivalde J. Castro, março 1990, 65 p.

No. 017 - "Política Tarifária Brasileira no Período 1980-88: Avaliação e Reforma", Honorio Kume.

No. 018 - "O Protecionismo dos Países Desenvolvidos e o Acesso de Produtos Brasileiros aos Mercados Externos", Lia Valls Pereira, março 1990, 332 p.

### **SÉRIE FAC-SIMILE**

No. 034 - "Congelamento de Preços e Desequilíbrio", Fernando B. Saldanha, setembro 1989, 97 p.

No. 035 - "A Competição Espacial da Indústria Siderúrgica: as Implicações da Localização de Indústrias Produtoras de Aço na Amazônia", Carlos Maurício de Carvalho Ferreira, março 1990, 133 p.

No. 036 - "Salários Nominais, Política Salarial e Ativismo Sindical", José Márcio Camargo, março 1990, 78 p.

No. 037 - "A Teoria do Equilíbrio Geral e a Programação Matemática com um Número Infinito de Bens", A. Araújo, março 1990, 52 p.

No. 038 - "Desenvolvimento da Agricultura no Norte - Fluminense, 1975/85. A Estrutura Geral do Agro Norte-Fluminense Atual (1975/1985)", Carlos Eduardo Rebello de Mendonça, junho 1990, 28 p.

No. 039 - "Formação do Estado e de sua Fiscalidade. A Gênese do Imposto de Renda no Brasil", Maria Valéria Junho Pena, junho 1990, 78 p.

## **ACOMPANHAMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS - APP**

- No. 017 - "Mercado de Trabalho em 1988: Ligeira Recuperação dos Níveis de Emprego e de Rendimentos", Coordenadoria de Emprego e Salários, agosto 1989, 50 p.
- No. 018 - "Condicionantes da Política Energética Nacional", Coordenadoria de Minas e Energia, agosto 1989, 16 p.
- No. 019 - "As Políticas Federais de Desenvolvimento Urbano em 1988", Coordenadoria de Desenvolvimento Urbano, agosto 1989, 142 p.
- No. 020 - "Lei Agrícola: -Concepção e Políticas Específicas", Coordenadoria de Agricultura e Abastecimento, outubro 1989, 14 p.
- No. 021 - "Mercado de Trabalho no Primeiro Semestre de 1989: Ligeira Ampliação no Nível de Emprego e Manutenção dos Rendimentos", Coordenadoria de Emprego e Salários, novembro 1989, 34 p.
- No. 022 - "Análise dos Dados do Censo Agropecuário de 1985: Coletânea", Coordenadoria de Agricultura e Abastecimento, novembro 1989, 110 p.
- No. 023 - "A Criança no Brasil: O que fazer?", Convênio IPEA/PLAN - UNICEF, fevereiro 1990, 98 p.
- No. 024 - "Educação Básica: Perspectivas para a Década de 90", Coordenadoria de Educação e Cultura, fevereiro 1990, 36 p.
- No. 025 - "Mudança Tecnológica, Aumento de Produtividade e Participação dos Trabalhadores em Empresas Estatais: Elementos para o Planejamento - Pesquisa do DIEESE E CEDAC", Coordenadoria de Emprego e Salários, março 1990, 80 p.
- No. 026 - "Acesso à Informação: Limites Culturais do Desenvolvimento", Coordenadoria de Educação e Cultura, março 1990, 18 p.

Nota:Esta série foi incorporada a atual série TD.

